



MUNICÍPIO DE AGUANIL

Estado de Minas Gerais

Poder Legislativo

TERMO DE REFERÊNCIA

Modalidade Sugerida: Dispensa

Tipo Sugerido: Menor Preço Global

RESUMO DO OBJETO SUGERIDO

OBJETO: Aquisição de 01 (uma) cafeteira elétrica do tipo expresso, compatível com sistema de cápsulas, bem como fornecimento de cápsulas de café compatíveis, destinadas a atender às necessidades institucionais do Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Aguanil.

Requisitante: Secretaria da Câmara



MUNICÍPIO DE AGUANIL

Estado de Minas Gerais

Poder Legislativo

TERMO DE REFERÊNCIA

Unidade de Origem: Secretaria da Câmara

Titular Responsável: Ney Eduardo Alves Costa

Cargo: Presidente da Câmara

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO:

Aquisição de 01 (uma) cafeteira elétrica automática para preparo de bebidas quentes por sistema de cápsulas, bem como fornecimento de cápsulas de café compatíveis, destinadas a atender às necessidades institucionais do Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Aguanil..

O valor estimado da contratação foi obtido a partir de pesquisa de preços realizada junto a fornecedores do ramo e consulta a contratações similares registradas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), observados os princípios da economicidade e da razoabilidade.

O valor global estimado encontra-se dentro do limite legal para contratação direta por dispensa de licitação, conforme tabela abaixo.

ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO	VALORES DA MELHOR PROPOSTA		PREÇO MÉDIO	
				VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$	VALOR MÉDIO UNIT. R\$	VALOR MÉDIO TOTAL R\$
1	01	UN	Cafeteira elétrica automática para preparo de bebidas quentes por sistema de cápsulas. Cafeteira elétrica automática para preparo de bebidas quentes por meio de cápsulas, destinada ao preparo de café e outras bebidas quentes, com as seguintes características mínimas: a) Reservatório de água removível, com capacidade mínima de 600 ML; b) Potência de 127 watts ou bivolt; c) Cor vermelha; d) Automática; e) Permite encher 1 xícara; f) Display digital com indicadores úteis; g) Filtro Permanente; h) Garantia contratual mínima de 12 meses fornecida pelo fabricante. O equipamento deverá atender às normas técnicas aplicáveis e possuir certificação do INMETRO, quando exigível.	720,00	720,00	739,67	739,67



MUNICÍPIO DE AGUANIL

Estado de Minas Gerais

Poder Legislativo

02	600	UN	Cápsulas de cappuccino para preparo de bebidas quentes Cápsulas de cappuccino para sistema de extração , contendo mistura própria para preparo de bebida do tipo cappuccino, à base de café torrado e moído, leite ou derivados lácteos em pó e demais ingredientes permitidos pela legislação sanitária, acondicionadas em cápsulas individuais, próprias para preparo de bebidas quentes, com vedação hermética, garantindo a preservação do aroma e do sabor, com validade mínima de 12 meses, embalagem original do fabricante. Obs: - A capsula precisa ser compatível com a cafeteira do item 1. - O capuccino deve ser feito com apenas uma cápsula.	3,00	1800,00	3,23	1.938,00
MENOR VALOR TOTAL					R\$ 2.520,00	VALOR TOTAL MÉDIO	R\$ 2.677,67

O prazo de entrega sugerido dos produtos é de até 15 (quinze) dias, após emissão da Autorização de Fornecimento.

O contrato terá vigência durante o prazo de garantia legal (três meses) ou contratual dos produtos a serem entregues, a contar do recebimento dos produtos.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

A presente contratação fundamenta-se na necessidade de dotar o Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Aguanil de meios adequados para o preparo e fornecimento de café, visando ao apoio às atividades administrativas, institucionais e representativas desenvolvidas no âmbito do Poder Legislativo Municipal.

O Gabinete da Presidência constitui espaço estratégico para a condução de reuniões institucionais, atendimento a autoridades, parlamentares, servidores e cidadãos, demandando infraestrutura mínima compatível com a relevância das funções exercidas. A disponibilização de café, de forma organizada, higiênica e eficiente, insere-se no contexto do apoio administrativo necessário ao regular funcionamento das atividades públicas, não se caracterizando como benefício pessoal, mas como medida de suporte institucional.

A aquisição de cafeteira elétrica do tipo expresso, compatível com sistema de cápsulas, bem como o fornecimento de cápsulas de café compatíveis, apresenta-se como solução adequada e proporcional à necessidade identificada, por permitir maior padronização do preparo, controle de consumo, redução de desperdícios e observância às condições sanitárias, em comparação a métodos tradicionais ou improvisados.

O quantitativo estimado de cápsulas foi definido com base na média de atendimentos institucionais, reuniões administrativas e recepção de autoridades realizadas no Gabinete da Presidência, considerando o consumo aproximado para o ano civil de 2026.



MUNICÍPIO DE AGUANIL

Estado de Minas Gerais

Poder Legislativo

A necessidade ora descrita encontra respaldo nos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, bem como no dever da Administração de prover condições materiais para o desempenho regular de suas atribuições institucionais. Ademais, a contratação está alinhada ao planejamento administrativo da Câmara Municipal e às dotações orçamentárias destinadas à manutenção e funcionamento do Poder Legislativo.

Ressalta-se, ainda, que a contratação não possui caráter supérfluo ou recreativo, estando diretamente vinculada ao apoio às atividades finalísticas e administrativas do órgão, devendo as especificações técnicas do objeto observar critérios objetivos, vedada a indicação de marcas, modelos ou fornecedores específicos, nos termos do art. 41, §1º, da Lei nº 14.133/2021, salvo mediante justificativa técnica devidamente motivada.

Dessa forma, resta devidamente caracterizada e fundamentada a necessidade da contratação, estando o presente Termo de Referência apto a subsidiar o procedimento de aquisição, em estrita observância à legislação vigente.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na aquisição de cafeteira elétrica do tipo expresso, compatível com sistema de cápsulas, bem como no fornecimento de cápsulas de café compatíveis, de forma a atender, de maneira contínua e adequada, às necessidades institucionais do Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Aguanil.

A cafeteira deverá possuir características técnicas que assegurem desempenho eficiente, facilidade de operação, segurança, durabilidade e conformidade com as normas técnicas e sanitárias vigentes, permitindo o preparo rápido e padronizado de bebidas quentes, com qualidade uniforme e controle do consumo. O equipamento deverá ser adequado ao uso administrativo, compatível com a rotina do gabinete e com o volume estimado de utilização.

As cápsulas de café a serem fornecidas deverão ser plenamente compatíveis com o equipamento adquirido, garantindo a correta operação da cafeteira, a qualidade da bebida preparada e a preservação da vida útil do equipamento. O fornecimento das cápsulas poderá ocorrer de forma única ou parcelada, conforme definição posterior, observada a necessidade de consumo ao longo do período contratual e a disponibilidade orçamentária.

A solução como um todo contempla, portanto, bem permanente (cafeteira) e insumo de consumo (cápsulas de café), integrados de forma funcional, visando assegurar economicidade, padronização, higiene e eficiência administrativa. Tal solução foi definida a partir da análise da necessidade institucional, mostrando-se adequada, suficiente e proporcional ao atendimento do interesse público envolvido.

Ressalta-se que a solução adotada não implica dependência tecnológica indevida, devendo as especificações técnicas serem formuladas de maneira objetiva, com base em desempenho e funcionalidade, vedada a indicação de marcas, modelos ou



MUNICÍPIO DE AGUANIL

Estado de Minas Gerais

Poder Legislativo

fornecedores específicos, conforme disposto no art. 41, §1º, da Lei nº 14.133/2021, salvo justificativa técnica expressa.

Dessa forma, a solução descrita apresenta-se apta a atender aos objetivos da contratação, constituindo base suficiente para a definição das especificações técnicas, dos quantitativos e das condições de fornecimento a serem detalhadas nos demais itens deste Termo de Referência.

4. SUBCONTRATAÇÃO

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO

O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de **MENOR VALOR GLOBAL**, com fornecimento de bens, durante o período de garantia legal ou contratual.

6. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

A execução dos produtos contratados deverá observar as seguintes condições, em conformidade com os princípios e diretrizes estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021:

6.1. A execução do objeto dar-se-á mediante o fornecimento de cafeteira elétrica do tipo expresso, compatível com sistema de cápsulas, bem como de cápsulas de café compatíveis, conforme especificações técnicas, quantitativos e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento contratual ou documento equivalente.

6.2. A entrega da cafeteira deverá ocorrer em perfeito estado de funcionamento, nova, sem uso anterior, acompanhada de manual do fabricante em língua portuguesa e, quando aplicável, de termo de garantia, observadas as normas técnicas e de segurança vigentes.

6.3. As cápsulas de café deverão ser fornecidas em embalagens originais, lacradas, dentro do prazo de validade e em conformidade com as normas sanitárias aplicáveis, especialmente aquelas expedidas pelos órgãos de vigilância sanitária competentes.

6.4. O local de entrega será o Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Aguanil, em dias úteis e horário de expediente administrativo, mediante agendamento prévio com o setor responsável, sem quaisquer ônus adicionais para a Administração.

6.5. O prazo de entrega inicial da cafeteira será definido no instrumento contratual, contado a partir do recebimento da nota de empenho ou da ordem de fornecimento, observados os prazos usualmente praticados no mercado e a razoabilidade administrativa.

6.6. O fornecimento das cápsulas de café poderá ocorrer de forma única ou parcelada, conforme a necessidade da Administração e o planejamento de consumo, respeitados



MUNICÍPIO DE AGUANIL

Estado de Minas Gerais

Poder Legislativo

os quantitativos contratados e os prazos estabelecidos, visando à adequada gestão de estoque e à prevenção de desperdícios.

6.7. A contratada será responsável por todas as despesas relacionadas à execução do objeto, incluindo transporte, carga, descarga, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, não cabendo à Administração qualquer responsabilidade adicional.

6.8. A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por representante designado pela Câmara Municipal de Aguanil, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, competindo-lhe atestar o recebimento do objeto, verificar a conformidade com as especificações e registrar eventuais ocorrências.

6.9. O recebimento do objeto dar-se-á de forma provisória e definitiva, conforme disposto nos arts. 140 e 141 da Lei nº 14.133/2021, condicionando-se o pagamento à comprovação da plena conformidade do fornecimento com as exigências contratuais.

6.10. Constatadas irregularidades, defeitos ou desconformidades no objeto fornecido, a contratada será notificada para promover a substituição ou correção, no prazo a ser fixado pela Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O contrato ou instrumento equivalente, deverão ser executados fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade.

O órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8. DO RECEBIMENTO

O objeto desta contratação será recebido provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do objeto com as exigências contratuais e definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais. (Art. 140, II, a e b, da Lei nº 14.133/21).

O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a entrega até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.



MUNICÍPIO DE AGUANIL

Estado de Minas Gerais

Poder Legislativo

A fiscalização não efetuará o ateste até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#)).

O Termo de recebimento deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao servidor responsável pelo recebimento definitivo.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

9. PAGAMENTO

O pagamento da despesa será feito em favor da Contratada, mediante depósito/transferência bancária após a atestação, pelo setor competente da Nota Fiscal/Fatura, devendo conter no corpo da mesma a descrição do Objeto, Número do Banco, Agência e Conta Bancária da Contratada, no prazo de até **15 (quinze) dias** contados a partir do aceite definitivo do objeto, desde que estejam em conformidade com as exigências contratuais e não haja fato impeditivo imputável ao licitante vencedor e da finalização da liquidação da despesa.

No caso de a Nota Fiscal apresentar erros, esta será devolvida, e o pagamento será susinado para que a Contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo de pagamento ser contado a partir da data da reapresentação dela. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das notas fiscais.

Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal, será considerada como não apresentada para fins de atendimento das condições de pagamento.

No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E).

É condição para o pagamento do valor constante de cada Nota Fiscal, a apresentação dos seguintes documentos:

- Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Federal (da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional);
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Estadual;
- Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Municipal;



MUNICÍPIO DE AGUANIL

Estado de Minas Gerais

Poder Legislativo

- Certificado de Regularidade do FGTS, admitida comprovação também por meio de “certidão positiva, com efeito, de negativa” diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- Cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias, correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pela Administração.

O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS ensejará o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis;

Não será efetuado qualquer pagamento à empresa Compromissária Fornecedora e/ou Contratada enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;

Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela licitante, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade;

A contratante poderá efetuar a retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à contratada;

Em hipótese alguma será concedido reajustamento dos preços propostos e o valor constante da Nota Fiscal, quando da sua apresentação, não sofrerá qualquer atualização monetária até o efetivo pagamento.

10. DA EXCLUSIVIDADE DA LICITAÇÃO PARA ME; EPP e EQUIPARADAS

A LC nº 147/2014 que alterou a LC nº 123/2006, dentre outros objetivos, ampliou a participação das microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas.

O caput do Art. 47 passou a vigorar com a seguinte redação:

Art. 47. Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica. (Grifamos).

A nova redação do Art. 47, além de ampliar o rol de entidades que concederão tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte, também substituiu a expressão **poderá**, que transmitia a impressão de faculdade, por **deverá**, para que não haja questionamento acerca da obrigatoriedade de observância.

Já o art. 48, caput e inciso I, da LC nº 123/2006 prevê:



MUNICÍPIO DE AGUANIL

Estado de Minas Gerais

Poder Legislativo

Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:

I – deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais); (Grifamos).

Sendo assim, considerando o valor, somente poderão participar do certame, nos termos do artigo 48, inciso I, da Lei Complementar nº 147/2014, Microempresas, Empresas de Pequeno Porte ou Equiparadas, assim caracterizadas nos termos do Artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

11. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES: nos termos do art. 155 o contratado será responsabilizado administrativamente pelo cometimento das seguintes infrações:

11.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

11.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

11.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

11.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa na Dispensa de licitação ou a execução do contrato;

11.9. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;



MUNICÍPIO DE AGUANIL

Estado de Minas Gerais

Poder Legislativo

11.12. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.](#)

12. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas neste contrato as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.1.2 A sanção prevista de **Advertência** será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no subitem **11.1**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.1.3 A sanção de **Multa** será aplicada no valor de 10% (dez por cento) do valor total do contrato.

12.1.4. A sanção de **Impedimento de Licitar e Contratar** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos subitens 11.2, 11.3, 11.4, 11.5, 11.6 e 11.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo **prazo máximo de 3 (três) anos**.



MUNICÍPIO DE AGUANIL

Estado de Minas Gerais

Poder Legislativo

12.1.5. A sanção de **Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos subitens 11.8, 11.9, 11.10, 11.11 e 11.12, bem como pelas infrações administrativas previstas nos subitens 11.2, 11.3, 11.4, 11.5, 11.6 e 11.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo **prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos**.

12.1.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do **item 12** poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do **mesmo item**.

12.1.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.1.8. A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13. AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇO

A ordem de serviços será autorizada, em todo caso, pelo Presidente da Câmara.

14. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

14.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 14.133/21, são obrigações da Contratada:

14.1.1. Realizar a entrega com pontualidade;

14.1.2. Comunicar imediatamente e por escrito a Câmara, através da Fiscalização, qualquer anormalidade verificada, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

14.1.3. Atender com prontidão as reclamações por parte do fiscal do contrato;

14.1.4. Atender no prazo previsto acima os chamados para manutenção;

14.1.5. Entregar os produtos, objeto da contratação, no prazo estabelecido no item que trata da execução do objeto;

14.1.6. Zelar pela qualidade do produto;

14.1.7. Manter todas as condições de habilitação exigidas na presente licitação.

14.2. Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 14.133/21, são obrigações da Contratante:



MUNICÍPIO DE AGUANIL

Estado de Minas Gerais

Poder Legislativo

14.2.1. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a Contratada;

14.2.2. Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste Contrato;

14.2.3. Notificar a Contratada por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

14.2.4. Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.

15. Previsão Orçamentária

Compete a Autoridade competente promover um ambiente íntegro e confiável, assegurar o alinhamento das contratações às leis orçamentárias e promover eficiência, efetividade e eficácia em suas contratações. A fase preparatória das contratações está ancorada na existência de recursos orçamentários nas leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos.

Sendo assim, seguem os recursos orçamentários para garantir a contratação demandada, como segue:

01 – Câmara Municipal de Aguanil

01.01.01 – Gabinete dos Vereadores

01.031.0001.1016 – Aquisição de Equipamentos e Material Permanente

44.90.52.00 – Equipamento e Material Permanente

1500 – Recursos não vinculados de Impostos (livre)

001 – Ficha

01 – Câmara Municipal de Aguanil

01.01.01 – Gabinete dos Vereadores

01.031.0001.2002 - Manutenção do Gabinete dos Vereadores

33.90.30.00 – Material de Consumo

1500 – Recursos não vinculados de Impostos (livre)

005 – Ficha

Obs.: Caso necessário será expedido ato de suplementação do valor.

16.DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO: O interessado que apresentar a melhor proposta e for declarado o vencedor, deverá encaminhar à Câmara Municipal, quando solicitado, a documentação relacionada abaixo:

16.1 - PESSOA JURÍDICA:

16.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:



MUNICÍPIO DE AGUANIL

Estado de Minas Gerais

Poder Legislativo

16.1.1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

16.1.1.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

16.1.1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

16.1.1.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

16.1.1.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

16.1.1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

16.1.1.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

16.1.1.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

16.1.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

16.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

16.1.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas



MUNICÍPIO DE AGUANIL

Estado de Minas Gerais

Poder Legislativo

administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

16.1.2.3. Prova de Regularidade para com a Receita Estadual, da unidade de federação da sede da licitante;

16.1.2.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

16.1.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

16.1.2.3. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

16.1.2.4. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

16.1.2.5. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

16.4. Como condições prévias ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o agente de contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante as seguintes consultas:

- Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS (<http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);
- Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP (<http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);
- Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

16.4.1. Constatada a existência de sanção e/ou eventual descumprimento das condições de participação, o agente de contratação reputará a licitante inabilitada;



MUNICÍPIO DE AGUANIL

Estado de Minas Gerais

Poder Legislativo

16.4.2. Efetuada a verificação referente ao cumprimento das condições de participação no Certame e inexistência de sanções, a habilitação das licitantes será realizada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

17.1. PROPOSTA DE PREÇOS

17.1.1. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, à Câmara Municipal, sua proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento;

17.1.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço do objeto, vinculam a Contratada;

17.1.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

17.1.4. Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;

17.1.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto nos seus termos;

17.1.6. Demais exigências relacionadas à proposta, constarão do Aviso de Contratação Direta;

18. FISCALIZAÇÃO DO OBJETO

18.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Câmara Municipal de Aguanil - MG, 03 de fevereiro de 2026.

NEY EDUARDO ALVES COSTA
Requisitante